



O PAPEL DO ESTADO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EM ANGOLA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS À LUZ DA CONSTITUIÇÃO ANGOLANA DE 2010

Fidel Cambundo Sanuca¹
Antonio Roberto Xavier²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo aclarar o papel do Estado na administração pública angolana, com enfoque nos desafios e nas perspectivas à luz da Constituição da República de Angola, promulgada em 2010. O Estado é uma organização política e jurídica que detém soberania sobre um território e sua população, com o propósito de garantir a ordem social, assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos e promover o bem-estar coletivo. Para isso, utiliza-se de instrumentos como políticas públicas executadas pelo governo, visando o desenvolvimento integral da sociedade. A atuação do Estado na administração pública deve ser orientada pelo interesse público e pautada pelos princípios constitucionais, como legalidade, igualdade, justiça, proporcionalidade, imparcialidade, responsabilização, proibidade administrativa e respeito pelo patrimônio público. Estes princípios estão expressamente consagrados na Constituição de 2010 e devem nortear a conduta dos órgãos, entidades e agentes públicos. No entanto, a realidade da administração pública angolana revela desafios estruturais e institucionais significativos. A abordagem metodológica adotada é qualitativa. Trata-se de uma pesquisa de natureza básica, de cunho teórico e descritiva quanto ao objetivo. Quanto ao método, utiliza-se o bibliográfico fundamentado em fontes secundárias. A coleta de dados foi realizada por meio de revisão de literatura. Quanto a técnica de análise, aplica-se a análise do discurso. Quanto aos resultados, observa-se a presença de práticas político-partidárias no Estado angolano que comprometem a eficácia administrativa, impedem o desenvolvimento institucional e dificultam a materialização dos objetivos essenciais do Estado: segurança, justiça e bem-estar social. Outra constatação é a corrupção generalizada, o nepotismo e o clientelismo praticados por agentes políticos e administrativos, que comprometem a eficiência dos serviços públicos afetando negativamente a confiança da população nas instituições estatais. Além disso, a ausência de mecanismos eficazes de transparência, controle interno e auditoria, aliada à falta de responsabilização (accountability), contribui para a fragilidade institucional. As instituições de fiscalização e proteção de direitos muitas vezes encontram-se subordinadas a interesses do poder central, que, por vezes, atua de forma inconstitucional, ferindo os princípios do Estado Democrático de Direito e comprometendo a vida dos cidadãos. Diante desse cenário, conclui-se que se torna urgente a necessidade de reafirmar e aplicar os princípios constitucionais da administração pública, promovendo a despartidarização das instituições estatais, a ética na gestão pública e o fortalecimento da transparência e da qualidade dos serviços públicos prestados visando um Estado angolano realmente democrático.

Palavras-chave: Administração Pública; Estado; Constituição; Angola.

UNILAB, ICSA, Discente, sanucafid@gmail.com¹
UNILAB, ICSA, Docente, roberto@unilab.edu.br²